

Governo e oposição travam disputa por futuro da Eletrobras

Tribunal de Contas deverá retomar hoje processo de análise no qual é proposta diluição da participação da União na estatal

Interessados no processo de privatização da Eletrobras estarão com os olhos voltados hoje para o Tribunal de Contas da União (TCU). Ministros da Corte podem se debruçar sobre a segunda etapa da análise da privatização da estatal em meio a disputa política.

De um lado, o governo federal espera destravar o julgamento para começar a desestatização já no próximo mês. De outro, a oposição tenta barrar o procedimento. O tema é uma das ações na pauta do tribunal.

Em fevereiro, por seis votos a um, o TCU aprovou a primeira etapa da privatização, que tratava da modelagem econômico-financeira da venda da empresa. Agora, os membros do tribunal vão analisar as condições metodológicas para a emissão de novas ações e a diluição do capital da Eletrobras. A União planeja reduzir sua fatia na companhia de cerca de 60% para 45% a partir dessa operação.

O julgamento tem como pano de fundo disputa e pressão política. Em um cenário ideal, o governo vislumbra que será possível finalizar a desestatização até 13 de maio se a análise for concluída hoje. Caso essa janela não seja efetivada, o processo ocorreria em período mais próximo das eleições presidenciais, que deve interferir no apetite dos possíveis interessados.

Dúvida

Corre nos bastidores a possibilidade de a conclusão do julgamento ser adiada diante de um pedido de vista, como ocorreu na primeira fase do processo. Até mesmo o governo federal coloca esse possível revés no radar.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou na semana passada otimismo em relação à celeridade do processo:

– O TCU trabalhou conosco por dois anos em todos os problemas que poderiam existir. Todo o futuro da energia brasileira depende disso – completou Guedes.

O governo afirma que a desestatização abre espaço no orçamento federal para investimentos em outras áreas e permite crescimento da empresa de energia.

No outro lado da disputa, a opo-

sição tenta travar a análise. O PT entrou com ação popular contra a venda da estatal na Justiça Federal de Brasília. “Desprezar o importante ativo financeiro que é a reserva de potência das hidrelétricas é o mesmo que desprezar todo patrimônio financeiro que as hidrelétricas podem gerar ao longo dos 30 anos dos novos contratos de geração de energia”, argumenta o partido na ação.

O pedido é baseado na subavaliação da desotização das hidrelétricas da estatal, ponto reconhecido pelo ministro do TCU Vital do Rêgo. Segundo o ministro, a Eletrobras deveria ser vendida pelo dobro do que está sendo avaliada.

Promessa

O pleito vai na mesma linha do discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Principal nome na disputa contra o presidente Jair Bolsonaro nas eleições deste ano, Lula já afirmou que vai reverter a venda da estatal em caso de vitória nas urnas.

As movimentações do petista não foram bem-vistas por membros do governo federal, que receberam informações de que o ex-presidente teria ligado para os ministros Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo. Lula teria acionado ambos para falar sobre a privatização da Eletrobras e reforçar que poderia desfazer a operação, caso eleito.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, na semana passada, Guedes afirmou que nenhum candidato pode ligar para os ministros do TCU para tentar paralisar a capitalização da Eletrobras.

A análise da segunda etapa da privatização foi dividida em três partes no TCU: avaliação econômico-financeira da operação, due diligence contábil e jurídica, que trata da análise detalhada dos documentos da empresa, e modelagem da privatização. O parecer foi concluído pelos técnicos e também já passou pela análise do Ministério Público junto ao tribunal.

A sessão de hoje está marcada para começar às 14h30min e poderá ser acompanhada ao vivo no canal do TCU no YouTube, segundo a assessoria do órgão.



Empresa é a maior em geração de energia elétrica no país (na foto, complexo de Cerro Chato, na Fronteira Oeste)

A desestatização

DILUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

- A operação de privatização da Eletrobras não é no modelo clássico, onde a União vende toda a sua participação acionária, o controle do ativo ou concede direitos para a iniciativa privada
- Será realizada uma capitalização com emissão de ações da empresa até diluir a participação da União na companhia
- Após a reestruturação societária, a União continuará com controle sobre a Eletrobras e Itaipu e com os programas setoriais, como o Procel e o Luz para Todos
- O voto será limitado a 10% para qualquer acionista, o que tornará a Eletrobras uma companhia sem controlador definido. O BNDES calcula que todo o processo vá movimentar R\$ 100 bilhões

A EMPRESA

- A Eletrobras é a maior companhia de geração de energia elétrica no Brasil, com capacidade equivalente a cerca de um terço do total da instalada do país. É líder em transmissão de energia elétrica no Brasil, com cerca de metade do total de linhas do país em sua rede básica

PRINCIPAIS ARGUMENTOS

Pela privatização

- O governo federal afirma que a Eletrobras poderá retomar sua capacidade de investimento se for capitalizada. A desestatização vai contribuir para a atração de novos recursos para a empresa, reforçando o caixa e recuperando a capacidade de investimento no longo prazo, de acordo com a União
- Segundo o governo federal, com a Eletrobras capitalizada e desestatizada, a União não precisará fazer injeção de capital na companhia, abrindo espaço para investimentos em áreas como saúde, segurança e educação
- A desestatização da Eletrobras aumentará a eficiência da empresa e a companhia será capaz de investir mais, de acordo com o Planalto
- O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirma que, sem a privatização da Eletrobras, existe a possibilidade de que a usina nuclear de Angra 3 não seja concluída e, consequentemente, fechada

Contra

- A oposição avalia que “desprezar o ativo financeiro”, que é a reserva de potência das hidrelétricas, é um problema. Com a privatização, o governo abriria mão do patrimônio financeiro que as hidrelétricas podem gerar ao longo dos 30 anos dos novos contratos de geração de energia, segundo ação do PT que tenta barrar o processo no TCU
- Manifesto do Conselho Regional de Economia (Corecon) do Rio de Janeiro, apoiado por dezenas de entidades regionais, lançado no início deste mês, afirma que as tarifas de luz vão subir com a venda da estatal diante da mudança do regime de concessões de usinas
- Entidades sindicais afirmam que a desestatização pode provocar novos tarifas e apagões, que já foram registrados em Estados que contam com privatização na área de energia
- Essas entidades também temem eventual impacto da privatização na mão de obra, como possíveis demissões

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Privatização **Página:** 7